

A FORMAÇÃO DE EDUCADORES E EDUCADORAS DO CAMPO NO VALE DO JIQUIRIÇÁ: um olhar sobre o Programa Formacampo

ANTONIEL DOS SANTOS PEIXOTO

Secretaria Municipal de Educação de Laje e Santo Antônio de Jesus/BA

ARLETE RAMOS DOS SANTOS

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

ELAINE MORAES DOS SANTOS

Secretaria Municipal de Educação de Laje/BA

Resumo

Este estudo visa abordar a experiência do Programa Formacampo na formação de educadores e educadoras das escolas do campo no Vale do Jiquiriçá. Partiremos da análise dos dados educacionais do Vale do Jiquiriçá, dos relatórios técnicos produzidos pelos Coordenadores Municipais e do formulário de avaliação do Programa que foi respondido pelos cursistas em 2023. O Território fica localizado no Centro Sul Baiano, a aproximadamente 250km da capital Salvador/Bahia, tem uma população de 292.946 habitantes, o equivalente a 2,1% da população do Estado (IBGE 2022), e é composto por vinte municípios. O Formacampo é configurado como uma importante e necessária ação formacional para o Território que apresenta carência quanto às formações continuadas específicas sobre Educação do Campo. O Programa é constituído pelo princípio do trabalho coletivo e democrático; assim, a avaliação é um processo de grande importância, para compreender e analisar se os objetivos estão sendo alcançados, e também, para orientar os ajustes da formação. Assim, cada cursista responde um formulário apontando sua opinião quanto ao Programa e às políticas municipais para a Educação do Campo em seu município. Já os(as) Coordenadores(as) Municipais registram sua avaliação através de relatório. A partir dos dados coletados, concluímos que o Formacampo tem exercido um papel significativo na promoção de formação continuada para os educadores e educadoras das escolas do campo no Vale do Jiquiriçá. Os relatos nos levam a compreender que, mesmo diante dos diversos desafios enfrentados por nossos docentes, eles têm participado e percebido a importância da formação sobre a Educação do Campo.

4614

Palavras-chave: Educação do Campo. Formacampo. Formação Continuada.

Abstract

This study aims to address the experience of the Formacampo Program in training educators in rural schools in the Jiquiriçá Valley. We will start from the analysis of educational data from the Jiquiriçá Valley, the technical reports produced by the Municipal Coordinators and the Program evaluation form that was answered by the course participants in 2023. The Territory is located in the Center South of Bahia, approximately 250km from the capital Salvador/Bahia, has a population of 292,946 inhabitants, equivalent to 2.1% of the State's population (IBGE 2022), and is made up of twenty municipalities. Formacampo is configured as an important and necessary training action for the Territory, which has a lack of specific ongoing training in Rural Education. The Program is constituted by the principle of collective and democratic work; Thus, evaluation is a process of great importance, to understand and analyze whether the objectives are being achieved, and also to guide training adjustments. Thus, each course participant responds to a form indicating their opinion regarding the Program and municipal policies for Rural Education in their municipality. The Municipal Coordinators record their assessment through a report. From the data collected, we conclude that Formacampo has played a significant role in promoting continued training for male and female educators in rural schools in the Jiquiriçá Valley.

The reports lead us to understand that, despite the various challenges faced by our teachers, they have participated and realized the importance of training on Rural Education.

Keywords: Rural Education. Formacampo. Continuing Training.

Introdução

O Programa Formação de Educadores do Campo – Formacampo – completou seu terceiro ano de existência. Caracterizado como atividade extensionista, o Programa visa à formação continuada de educadores e educadoras que atuam nas Escolas do Campo dos Territórios de Identidade da Bahia, o qual emergiu a partir do Grupo de Estudos e Pesquisas Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade (GPEMDECC), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). O Formacampo “se originou de um projeto de pesquisa intitulado ‘As políticas educacionais do PAR em escolas do campo na Bahia (2015-2018).’” (Cajaiba; Santos; Brito, 2022, p. 02), cujos resultados demonstraram a necessidade da formação continuada em Educação do Campo no espaço pesquisado.

Assim, o referido grupo se dispôs a construir um programa de formação que contribuísse para sanar essa demanda nos territórios de inserção da UESB. No entanto, com a questão da Covid-19, que impôs o ensino remoto (on-line), o grupo viu nesta problemática uma alternativa de ampliação das ações. No início, o Programa contou com as parcerias da União dos Dirigentes Municipais de Educação seccional Bahia (UNDIME/BA) e da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), chegando a atingir 116 municípios entre os sete Territórios de Identidade - Médio Sudoeste, Sudoeste Baiano, Médio Rio de Contas, Sertão Produtivo, Velho Chico, Litoral Sul e Vale do Jiquiriçá.

No seu terceiro ano, o Formacampo contemplou toda a Bahia, atendendo os vinte e sete Territórios de Identidade, acolhendo novos parceiros, como a Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Esta abrangência está refletida no quantitativo de participantes, pois, em 2021, o programa teve quase sete mil cursistas de 116 municípios. Em 2023, o programa atingiu mais de 17.000 inscritos e envolveu 264 municípios. Portanto, o programa tem crescido e mostrado sua importância no contexto da formação em Educação do Campo, principalmente por objetivar a formulação de dois grandes produtos, a saber: a (re)elaboração dos Projetos Políticos-Pedagógicos (PPPs) das Escolas do Campo e a construção das Diretrizes Municipais da Educação do Campo (DMECs), que se constitui na maior política pública local da Educação do Campo nos municípios, tendo em vista

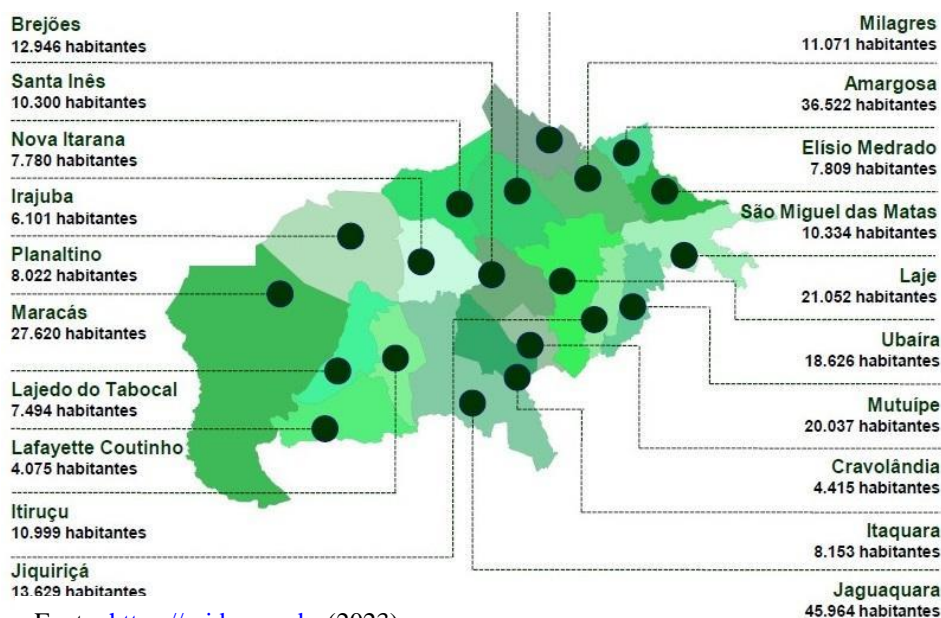
que muitos Planos Municipais de Educação (PME) não contemplam esta modalidade em suas metas e estratégias.

Dentro dessa perspectiva, este estudo visa abordar a experiência do Programa Formacampo na formação de educadores e educadoras das escolas do campo no Vale do Jiquiriçá. Para tanto, partiremos da análise dos dados educacionais do Território, dos relatórios técnicos produzidos pelos Coordenadores Municipais do Formacampo e do formulário de avaliação do Programa respondido pelos cursistas na edição de 2023.

O Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá

O Vale do Jiquiriçá, está localizado majoritariamente no Centro Sul Baiano, a aproximadamente 250km da capital Salvador. Ocupa uma área de 10.287,07 km², o que corresponde a aproximadamente 1,8% do território estadual e possui uma população de 292.946 mil habitantes, equivalente a 2,1% da população do Estado (IBGE 2022). Sua composição se dá por um conjunto de vinte municípios.

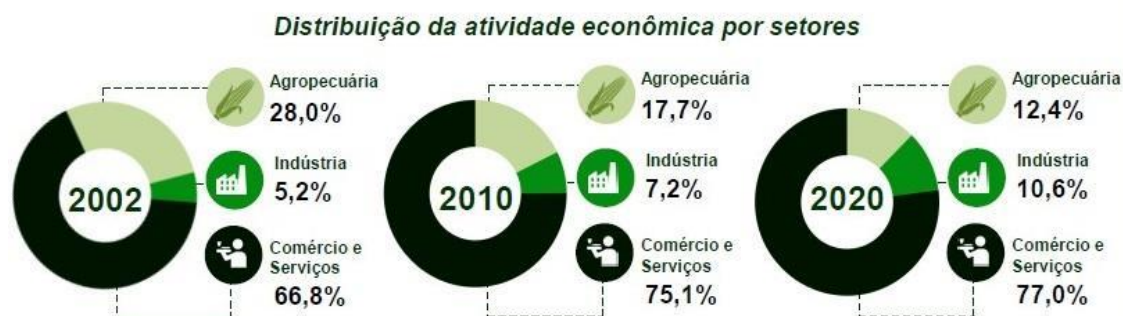
Figura 1 - Mapa do Território Vale do Jiquiriçá



A despeito da sua pouca extensão, seu espaço é bastante heterogêneo, com vasta diversidade exemplificadas pelas diferenças geoclimáticas e, conseqüentemente, socioeconômicas, existentes nos seus subespaços. A bacia hidrográfica do Rio Jiquiriçá constitui-se como o grande elo entre os municípios do Território, tanto em termos culturais quanto de desenvolvimento socioproductivo.

Na questão econômica, os dados apresentados na figura 2 nos inspiram algumas análises.

Figura 2 – Atividade econômica por setor



Fonte: <https://sei.ba.gov.br> (2023)

De 2010 a 2020, houve um aumento de 11,8% no setor de Comércio e Serviços e de 5,4 no Setor de Indústrias. Isso mostra que o Território está sendo procurado para novos investimentos, principalmente do Setor Industrial. Esses aumentos paralelamente refletiram nos dados da agropecuária, onde houve um regresso, saindo de 28,0% em 2010 para 12,4% em 2020, uma queda significativa, indicando uma possível mudança de rota no que se trata das questões econômicas.

Isso pode ser justificado ao observar que o Setor de Comércio foi responsável pelo faturamento de 2,6 bilhões de reais em 2020, enquanto o Setor Agropecuário foi de 409,7 milhões de reais em 2021, e o Setor de Indústria de 363 milhões no mesmo ano. Nessa perspectiva, podemos afirmar que o Setor de Comércio irá continuar crescendo tendo em vista seus resultados econômicos, e, com isso, vamos observar também a continuidade da redução do Setor Agropecuário, influenciando mudanças na cultura local, crescimento das cidades e migração da população camponesa.

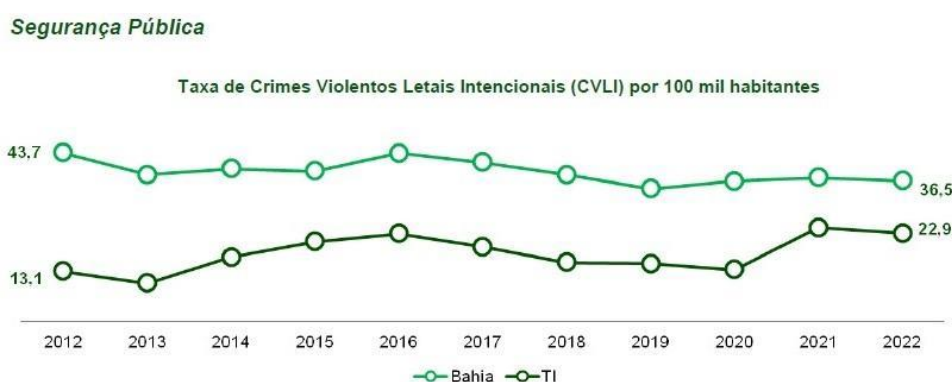
A mudança do modo de produção gera impactos significativos no modo de vida da população, em especial das populações do campo, emergindo novas relações sociais, e isso afeta diretamente na educação. A diminuição da produção agrícola geralmente vem acompanhada da diminuição da população do campo, que tende a migrar para a área urbana em busca de outras formas de trabalho e de subsistência. Paralelo a isso, vem o fechamento de escolas do campo que pode ser estímulo para essa saída das famílias.

O Território é de eminência rural e destaca-se, como grandes centros comerciais, o município de Jaguaquara e de Amargosa, sendo o primeiro impulsionado pelo Centro de Abastecimento (CEASA), contribuindo com 16,6% na participação do PIB (Produto Interno

Bruto) do Território. Já o segundo, possui uma característica de oferta de serviços. Segundo relatos, foi¹ o grande centro comercial da região (Santos, 2017). Também se destaca pela implementação de indústrias como a Ferracini, e também na Educação com o Campus da UFRB, recebendo estudantes de várias partes da Bahia e do Brasil, o que também contribui para movimentar o comércio local, sendo considerada a terceira em participação no PIB, com 11,4%.

Outro dado importante para trazer nesta discussão trata-se da Segurança Pública (gráfico 1) que demonstra um avanço nos índices de criminalidade, um aumento de 9,8% em 10 anos. Portanto, observa-se que à medida que o Território avançou nos ganhos econômicos, aumentaram paralelamente os índices de violência, demonstrando um descompasso que pode ser gerado pela má distribuição da renda ou/e por uma gestão da Segurança Pública que não tem dado conta de combater e inibir o avanço da criminalidade no Território.

Gráfico 1 – Segurança Pública no Território do Vale do Jiquiriçá



Fonte: <https://sei.ba.gov.br> (2023)

E, por fim, dentre os dados apresentados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), os da educação merecem algumas reflexões.

Figura 3 – Instituições de Ensino e Matrículas em 2020



Fonte: <https://sei.ba.gov.br> (2023)

¹ Hoje é dominado pelo município de Santo Antônio de Jesus, localizado no Recôncavo que faz divisa com o Território do Vale do Jiquiriçá.

Em relação ao Analfabetismo, nota-se que apesar da falta de informações atualizadas para compararmos se houve redução nestes últimos anos, a taxa de 25,4% de analfabetos é alarmante. Reflete o que nos aponta a história: a falta de políticas públicas educacionais para a população de forma a garantir ingresso e permanência na escola.

Nesse ensejo, Santos (2017, p. 152) vai destacar que

em 2010, a taxa de analfabetismo do território foi de 25,4%, permanecendo acima da registrada para o estado. Deve-se destacar que nenhum município exibiu percentual inferior a 20,0%. Itaquara (33,6%), Planaltino (30,0%) e Ubaíra (29,6%) apresentaram as maiores taxas. Merece destaque a redução do índice em Planaltino, que caiu de 43,1%, em 2000, para 29,6%, em 2010. Vale também mencionar os municípios de Irajuba e Jiquiriçá tiveram queda expressiva da taxa.

A autora destaca que estes dados tiveram decrescência na comparação entre anos de 2000 até 2010, mas, ainda se mantêm com uma estatística muito elevada; e, quando fazemos o comparativo geral, em 10 anos, os índices permaneceram os mesmos, não houve redução.

Ainda nos estudos de Santos (2017), um gráfico chama bastante atenção para nos ajudar a compreender os porquês dessa alta taxa de analfabetismo: a questão do fechamento de escolas do campo.

Quadro 1 – Número de escola no campo do Vale do Jiquiriçá – 2010/2022

Ano	Amargosa	Brejões	Cravolândia	Elísio Medrado	Irajuba	Itaquara	Itiruçu	Jaguaquara	Jiquiriçá	Lafayette Coutinho	Laje	Lajedo do Tabocal	Maracás	Milagres	Mutuípe	Nova Itarana	Planaltino	Santa Inês	São Miguel das Matas	Ubaíra
2010	30	06	12	18	16	13	06	44	20	05	31	10	37	05	35	07	11	06	15	49
2022	23	04	08	16	09	06	03	30	18	02	26	06	23	04	30	07	09	04	10	31
Escolas fechadas	07	02	04	02	07	07	03	14	02	03	05	04	14	01	15	00	02	02	05	18

Fonte: Cajaiba, (2024, no prelo)

Analisando o quadro, vamos perceber que apenas o município de Nova Itarana não fechou escola do campo no período de 2010 a 2022. No entanto, temos o município de Ubaíra, Mutuípe, Maracás e Jaguaquara como os que mais fecharam escolas neste período. Assim, podemos concluir que as taxas de analfabetismo estão se mantendo altas em paralelo ao

fechamento de unidades escolares, efeitos contraditórios se entendemos que temos um grande contingente de pessoas que não acessaram e nem acessam a escola.

Outro dado que observarmos com atenção refere-se à matrícula, há uma divergência significativa entre o quantitativo de no Ensino Fundamental se comparado ao Ensino Médio, demonstrando uma lacuna que demanda estudos para compreender os fatos que ocasionam esse abandono escolar do Ensino Fundamental para Ensino Médio.

Formação Continuada de Educadores e Educadoras do Campo

É comum, nos discursos de professores/as, a refutação do debate político. Para muitos ou para a maioria, pensar a educação é somente lidar com a pedagogia e a didática da sala de aula, como se essas fossem deslocadas do contexto social, como se o estudante, ao adentrar na escola, deixasse do lado de fora suas vivências, suas mazelas, suas angústias, as violências sofridas, os direitos que lhe foram negados, os conflitos, sejam eles familiares ou territoriais, ou seja, tudo aquilo que o cerca e o constitui como ser social.

Saviani (1986, p. 92), em sua obra que discute “Escola e Democracia: Teorias da Educação; Curvatura da vara; Onze teses sobre educação e política”, vai nos afirmar que “educação e política são fenômenos inseparáveis, porém efetivamente distintos entre si [...] Toda prática educativa contém inevitavelmente uma dimensão política [...] Toda prática política também contém, por sua vez, inevitavelmente uma dimensão educativa”. Assim, podemos compreender por que a educação ganha essa centralidade nas pautas dos Movimentos Sociais do Campo e, conseqüentemente, na formação de professor/a tendo em vista a desmistificação de neutralidade da educação presente nos discursos das forças capitalistas.

Os movimentos sociais reivindicam participação na formulação de Políticas Públicas de formação de professor/a. Segundo Arroyo (2012, p. 362),

a política de formação de professores do campo de que os movimentos sociais são autores está sendo um processo que obriga a repensar e redefinir a relação entre o Estado, as suas instituições e os movimentos sociais. Esse processo tem um significado de grande relevância política. Conseqüentemente, os currículos de formação têm como um dos seus objetivos formar profissionais do campo capazes de influir nas definições e na implantação de políticas educacionais, ou seja, os currículos objetivam afirmar esses profissionais como sujeitos de políticas.

Para a formação continuada de educadores e educadoras do campo, objeto deste estudo, estamos considerando aqueles educadores e educadoras que já passaram pela formação inicial e já estão em atuação na Educação Básica, como docente, gestor ou coordenador. Desta forma, o Programa Formacampo, ao assumir a ação de realizar formação continuada no Estado da

Bahia, levou em consideração os estudos que apontavam a falta de formação continuada em Educação do Campo para os profissionais atuantes na Educação Básica da rede pública da Bahia, mesmo diante de mais de duas décadas de debates e das primeiras Políticas Públicas instituídas da Educação do Campo (Santos, 2022).

Vale ressaltar que o Parágrafo único do artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nº 9394/96, visa garantir a formação continuada para os profissionais da educação, “no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação (Brasil, 1996).

A Resolução nº 02 de 28 de abril de 2008 é diretiva no que trata sobre a admissão e a formação inicial e continuada dos professores e do pessoal de apoio docente, em que deverão ser consideradas “a formação pedagógica apropriada à Educação do Campo e às oportunidades de atualização e aperfeiçoamento com os profissionais comprometidos com suas especificidades” (Brasil, 2008, p. 02).

Nessa vertente, uma das grandes conquistas no âmbito das Políticas Públicas nacionais da Educação do Campo se constituiu no Decreto Presidencial nº 7.352 de 04 de novembro de 2010, que instituiu a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), o Art. 1º afirma que

A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto (Brasil, 2010, p. 01).

Estes aspectos remetem a concluir que a inexistência de formação continuada específica para os profissionais atuantes na Educação do Campo não ocorre por falta de Política Pública, por falta de bases teóricas ou por falta de pedagogias específicas. O contexto histórico nos faz refletir que isso ocorreu por falta de interesse dos gestores públicos em conformidade com a ausência de coletivos sociais do campo constituídos nos diversos territórios e nos diversos municípios da Bahia.

Uma vez que a educação é um campo de disputa, os conhecimentos a serem discutidos e construídos na escola são ideologicamente pensados a partir de uma lógica. Estamos falando de um projeto instituído historicamente pelas elites colonizadoras e capitalistas que visa à dominação e controle social, e outra constituída pelos Movimentos Sociais do Campo que

“priorizam conhecimentos sobre o funcionamento da sociedade, sobre os mecanismos de dominação e subordinação que a caracterizam” (Molina; Sá, 2012, p. 327).

Nessa vertente,

a “defesa da escola pública” passa, por um lado, em desmontar o carácter pretensamente “neutro” da introdução de uma lógica de mercado na educação, denunciando a sua “ética” perversa e a sua intencionalidade política e, por outro, fazer da definição e regulação das políticas educativas um processo de construção coletiva do bem comum que à educação cabe oferecer, em condições de igualdade e justiça social, a todos os cidadãos (Barroso, 2005, p. 747).

No caso da Educação do Campo, a todos os diversos povos camponeses, são garantidos os direitos, que historicamente foram conquistados, e conhecimentos que os fortaleçam nas constantes disputas pelas Políticas Públicas, tendo em vista o seu processo regulador exercido pelo mercado, principalmente nos últimos anos com o avançar das avaliações externas, do fechamento das escolas do campo, com a distribuição dos recursos associados a resultados das avaliações, dentre outros aspectos que têm visado limitar/extinguir as conquistas históricas dos Movimentos Sociais do Campo pelo direito à uma educação humanizadora, pública, gratuita, de equidade e qualidade social.

Dados do Formacampo no Vale do Jiquiriçá

4622

O Vale do Jiquiriçá foi um dos sete Territórios iniciais do Programa Formacampo, configurando-se como uma importante e necessária ação-formação para este território, que sendo contemplado com instituições de Ensino Superior, era carente de formações específicas sobre Educação do Campo para os docentes da Educação Básica. O quadro 1, produzido pelos Coordenadores do Território no ano de 2021, demonstra a importância que teve o referido Programa para o Território citado, destacando que o objeto principal da formação era a (re)elaboração dos PPPs das escolas do campo.

Quadro 2 - Formacampo no Território do Vale do Jiquiriçá – 2021 e 2022

Nº	Município	Inscritos 2021	Inscritos 2022
01	Brejões	89	-----
02	Ubaíra	35	25
03	Itiruçu	21	-----
04	Jaguaquara	76	37
05	Jiquiriçá	28	29
06	Laje	83	09
07	Lajedo do Tabocal	01	54
08	Maracás	23	18
09	Milagres	19	-----
10	Mutuípe	76	21
11	Nova Itarana	15	17

12	Santa Inês	20	20
13	Cravolândia	28	23
14	Itaquara	31	50
15	Planaltino	34	76
16	Lafayette Coutinho	38	-----
17	São Miguel das Matas	49	07
18	Irajuba	39	06
Total		705	392

Fonte: Formacampo (2023)

Em 2022, o Formacampo apontou para outro objeto, a Elaboração das Diretrizes Municipais da Educação do Campo (DMECs). Dessa forma, os Territórios de Identidade atendidos em 2021 agora teriam como objetivo a construção desse documento. Para elaboração das DMECs, era necessário que cada município constituísse uma Comissão Especial, e, com isso, suspeitamos que, com esta dinâmica, os municípios restringiram a participação na formação para essas equipes, favorecendo consideravelmente a diminuição do quantitativo de inscritos em comparação ao ano anterior.

Segundo dados apontados por Eça, Oliveira e Rodrigues (2022), no Relatório do Grupo 1, referente ao ano de 2022, dos 14 municípios do Vale do Jiquiriçá que fizeram a adesão, 11 concluíram a formação e 3 desistiram. Dos concluintes, 5 indicaram finalizar o documento das DMECs ainda no mesmo ano; 4 indicaram que as DMECs ficariam prontas em 2023; e 2 municípios nem chegaram a iniciar o processo. Dessa forma, podemos afirmar que 9 municípios se colocaram de fato nesse compromisso de elaborar as DMECs, o que representa uma grande conquista para a política pública da Educação do Campo.

Já no ano de 2023, tivemos os seguintes dados:

Quadro 3: Municípios que fizeram adesão ao Programa em 2023

Nº	Município	Inscritos	Obs:
01	Cravolândia	22	Finalizar o PPP e iniciar as DMECs
02	Elísio Medrado	26	Iniciar as DMECS
03	Irajuba	-----	Não informado
04	Itaquara	43	Iniciar as DMECS
05	Itiruçu	07	Finalizar o PPP e iniciar as DMECs
06	Jaguaquara	111	Continuação das DMECs
07	Jiquiriçá	43	Continuação das DMECs
08	Laje	121	Revisar o PPP com base nas DMECs
09	Maracás	65	Iniciar as DMECS
10	Mutuípe	49	Iniciar as DMECS
11	Nova Itarana	16	Concluir os dois
12	Planaltino	42	Construir a resolução
13	Santa Inês	19	Iniciar as DMECS

14	São Miguel das Matas	10	Finalizar o PPP e iniciar as DMECs
15	Ubaíra	49	Já tem comissão formada
Total		623	

Fonte: Programa Formacampo (2023)

Cada município sinalizou o objeto de pretensão para o ano de 2023, mas, na análise final, de acordo os relatórios dos Coordenadores/as Municipais, e também pelo olhar técnico da Coordenação Territorial, tendo em vista que só 10 dos 15 municípios apresentaram esse relatório para a Coordenação do Programa. Concluímos que a grande maioria deles não efetivou o que se colocou à disposição para realizar (traremos esta análise mais à frente), o município de Irajuba, por exemplo, nem efetivou inscrições na formação.

Como podemos analisar, houve um acréscimo nas inscrições em 2023, isso pode ser associado às novidades propostas pelo Programa, como a questão das Frentes de Trabalho, em que houve discussões mais aprofundadas, com temas específicos.

Avaliação do Formacampo no Vale do Jiquiriçá

O Formacampo é constituído no princípio do trabalho coletivo e democrático. Nessa opção orientadora, a avaliação é um processo de grande importância, tanto para compreender como para analisar se os objetivos foram alcançados. Também serve como um guia, promovendo ajustes na proposta, fazendo com que ela se alinhe cada vez mais às demandas dos educadores e educadoras que fazem parte do Programa.

Nesse ensejo, todos os anos é elaborado um formulário avaliativo o qual cada cursista responde apontando suas visões referentes ao Programa. Os Coordenadores e Coordenadoras Municipais também fazem um relatório em que apresentam questões sobre o andamento da formação no município, e também fazem sua avaliação, externando seu ponto de vista de acordo com as ações realizadas. Assim, aqui abordaremos alguns destaques destas avaliações no ano de 2023.

Quadro 4: O Formacampo tem contribuído na elevação da qualidade da formação continuada de professores das escolas do campo? De que forma?

Sim! Apesar de ser on-line, as lives não ficam devendo em nada a um curso presencial. Todas apresentaram um alto nível formativo.
Com seus textos, discussões nas lives e construção de documentos importantes como as Diretrizes para as escolas do campo.
De várias maneiras. Ele oferece conteúdo específico para o contexto rural, promove a troca de experiência entre os participantes e busca valorizar o conhecimento local. Além disso, o curso também aborda questões pedagógicas e metodológicas que são relevantes para o ensino nas escolas do campo.

Nas reflexões referentes à Educação do Campo proporcionando aos professores uma análise crítica da conjuntura educacional voltada para os povos camponeses.

Sim, porque traça uma discussão política de educação e dialoga com os princípios da Educação do Campo.

Fonte: Formulário de avaliado do Formacampo (2023)

Observando esses relatos, podemos afirmar que o Formacampo tem impactado positivamente a ampliação dos conhecimentos dos educadores e educadoras das escolas do campo, fortalecendo o conhecimento crítico, bem como a atuação desses nas respectivas salas de aula e/ou nos outros espaços da educação, como a gestão e a coordenação escolar. Isso pode ser confirmado ao se analisar outro ponto da avaliação (quadro 6).

Quadro 5: As formações/atividades do Programa contribuíram para a melhoria do seu desempenho profissional? De que maneira?

Sim! Sou coordenadora pedagógica e as formações tem reorientado o trabalho que realizo com as professoras.
Possibilitaram importantes reflexões, teóricas e práticas que ajudam a melhorar o nosso desempenho.
Sim. De diversas formas, começando pela compreensão dos direitos, até o olhar sensível às especificidades do estudante do campo.
De várias maneiras. Elas mim proporcionaram novos conhecimentos, técnicas e estratégias pedagógicas. Além disso, as formações também me ajudaram a refletir sobre minha prática docente, aprimorar minhas habilidades entre outros.
Sim, através das experiências do diálogo para a formação de educadores críticos e políticos .
Sim. Aprendi diversas formas de lidar com questões sociais, psicológicas e físicas. Minha responsabilidade ficou ainda mais afiada e minha criatividade ampliou.
Sim. Me proporcionou um conhecimento maior e despertou a curiosidade para continuar os estudos.

4625

Fonte: Formulário de avaliado do Formacampo (2023)

Dentre tantas falas significativas, destacamos a última para reflexão. Ao colocar que o Formacampo “proporcionou um conhecimento maior e despertou a curiosidade para continuar os estudos”, pode-se observar a vida corrida que os docentes da Educação Básica enfrentam, semana toda na escola, sem tempo para estudar, muitas vezes longe de um centro formador (universidade), muitas das vezes sem incentivo e, até mesmo, sem oportunidade de fazer aperfeiçoamento. Esse docente vai se desmotivando e, aos poucos, perdendo a vontade de estudar, de continuar buscando conhecimento. Vai sendo “convencido” de que a formação inicial dará conta de todas as adversidades que irá enfrentar em toda a vida profissional. Esta é uma das maiores barreiras que precisam ser quebradas se quisermos avançar na qualidade e equidade da educação pública e, em especial, da Educação do Campo.

Quadro 6: Considera que o Programa Formacampo deva continuar com as formações? Por quê?

Sim! Nem todo município se preocupa em formar seus professores.
Sim. Por ser um incentivo a mais aos profissionais.

Fonte: Formulário de avaliado do Formacampo (2023)

Sim, porque auxiliam, nós professores que atuamos nas escolas do campo, a lidarmos com as especificidades e as identidades dos nossos alunos.
Sim, de forma mais sucinta na quantidade de live. Deve continuar porque contribui muito no desenvolvimento do trabalho em sala de aula, programa é muito bom. Parabenizo aos organizadores.
Sim, porque as discussões refletem as realidades enfrentadas pelos professores do campo proporcionando embasamento teórico para compreender a realidade em que estão inseridos.
Porque aprofunda os conhecimentos e a ampliação de habilidades, promovendo a inserção dos moradores do campo no campo.
Sim. Porque através do Formacampo aprendemos como trabalhar com as comunidades rurais mostrando a verdadeira realidade de cada povo que mora .
Sim! Fortalecer a política da Educação do Campo.

Fonte: Formulário de avaliação do Formacampo (2023)

“Nem todo município se preocupa em formar seus professores”. Esta ainda é uma realidade cruel de nossa educação pública, apesar da LDB nº 9394/96 garantir o direito dos profissionais, bem como ser dever da gestão pública ofertar a formação continuada. Assim, mesmo não sendo obrigação da Universidade, a UESB, ao se colocar nessa empreitada, sem recursos, tem constituído um trabalho que vem impactando positivamente. Como o último relato aborda: “Fortalecer a política da Educação do Campo”, que, com sua “maioridade”, tem completado 25 anos, e ainda é desconhecida de muitas redes municipais de educação.

4626

Quadro 08: Houve dificuldades durante as formação e/ou realização das atividades? Cite o motivo.

Falta de tempo.
Sim, não conseguia assistir as aulas devido à internet, muito lenta a internet do campo
Tempo disponível para a realização das atividades e internet de baixa qualidade para assistir as lives.
Sim, a demanda de textos, a divisão da formação e a construção das diretrizes.
Sim. A grande quantidade de atividades que a minha vida e profissão apresentou no presente ano. Mas o curso foi maravilhoso.
Sim. Eu só tenho um celular, e três pessoas usam o mesmo celular na casa. Na hora das aulas on-line, nem sempre eu poderia assistir toda.
Sim. O acúmulo de tarefas cotidianas, tanto profissional como pessoal atrapalhou o acompanhamento e cumprimento das obrigações do programa.

Fonte: Formulário de avaliação do Formacampo (2023)

Muitos elementos desses relatos merecem nossa atenção. Um deles se refere a problemas com a internet, a grande maioria dos cursistas participantes do Formacampo residem no campo e aqui podemos observar o quanto a disparidade de condições afeta estes profissionais. Diante do avanço das tecnologias, o acesso a elas ainda é restrito a um público

residente na cidade, as populações do campo sofrem para ter um acesso à internet e, quando se trata de qualidade, a situação é ainda pior, como observamos nos relatos que se repetiram.

Outro ponto trata do acúmulo de demanda e da falta de tempo. Como mencionamos acima, a formação continuada é direito dos docentes e deve estar agregada ao seu tempo de trabalho, mas, como observado, os municípios não disponibilizam carga horária para que os docentes possam se qualificar, as formações acabam sendo mais uma demanda de trabalho, sobrecarregando os professores e, com isso, eles vão se desestimulando, ou em outros casos, desencadeiam problemas de saúde, devido às muitas funções e atribuições. É preciso que as redes revejam seus calendários para que sejam incluídos neles os processos e espaços formativos.

Na perspectiva dos/as Coordenadores/as Municipais do Formacampo, tivemos os seguintes destaques:

Quadro 7: Avaliação geral segundo os Coordenadores/as Municipais do Formacampo

<p>O programa é de grande relevância para o empoderamento dos sujeitos educadores do campo, sobretudo a partir das temáticas abordadas que corroboram para o empoderamento dos referidos sujeitos.</p> <p>De modo geral o estudo nos possibilitou assumir um importante papel para o desenvolvimento das comunidades rurais através de sua ação-construção educativa que as comunidades escolares do campo buscam para uma maior integração social, cultural e econômica além de ser um veículo difusor de conhecimentos.</p>
<p>Conclui-se que o Programa Formacampo no Município muito contribuiu para despertar a importância de uma Educação do Campo de qualidade e emancipatória através das orientações e formações. Proporcionou aos nossos cursistas a adquirir conhecimento em relação aos marcos legais e conceituais da Educação do Campo de forma a despertar na sua prática docente o pertencimento pelo sujeito do campo, fortalecendo ainda mais o respeito as especificidades do povo camponês.</p>
<p>A formação continuada é uma prática relacionada à busca constante pela qualificação profissional, com o objetivo de melhorar a prática docente e a trajetória profissional do professor. E o Programa Formacampo trouxe com excelência a temática da Educação do Campo para os profissionais que atuam na educação.</p>
<p>Nesse contexto avalia-se, que o Programa do Formacampo visto como projeto de extensão para formação continuada de professores, na perspectiva da Educação do Campo, fortalecendo as necessidades e anseios dos educadores e educadoras do campo no que diz respeito aos conhecimentos teórico-metodológicos para o desenvolvimento de uma prática pedagógica que respeite as singularidades dos sujeitos camponeses. Sendo essencial para formação da identidade e também como fundamental de reparação histórica e social do homem do Campo.</p>
<p>A formação continuada é uma prática relacionada à busca constante pela qualificação profissional, com o objetivo de melhorar a prática docente e a trajetória profissional do professor. E o Formacampo atuou com maestria para os profissionais que atuam na Educação do Campo.</p>

Fonte: Relatório Técnico dos Coordenadores Municipais do Formacampo – Vale do Jiquiriçá - 2023

Como podemos observar, existe um consenso nos relatos sobre a importância do Programa Formacampo para o processo de formação continuada e, em específico, da Educação do Campo. Os educadores desconheciam os marcos teóricos e normativos da Educação do Campo e esse desconhecimento, favorece o fechamento de escolas do campo como vimos no

gráfico 1. Isso contribui também para que tenhamos um currículo que desconsidera os saberes locais, que esvazia os conhecimentos, mantendo os sujeitos do campo num *status* de inferioridade, e, assim se constitui a naturalização da precariedade, da dependência, do urbano posicionado com superioridade ao campo, dentre outras diversas formas de desigualdades.

Considerações Finais

Como observamos pelos dados apresentados, o Território do Vale do Jiquiriçá vem, aos poucos, reconfigurando sua estrutura econômica, diminuindo a produção agropecuária e aumentando a produção econômica arraigada nas forças de prestação de serviços, comércio e indústria, o que acarreta também processo de mudanças na sua conjuntura sociocultural.

É perceptível a identificação dos educadores e educadoras com as proposições defendidas pela Educação do Campo, que visa essa valorização dos sujeitos do campo em sua multiplicidade cultural, social, territorial. Os educadores e educadoras compreendem que não se pode negar os conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade, e a formação continuada é imprescindível para o fortalecimento e compreensão desse princípio defendido pela Educação do Campo.

Vale destacar também, a forma coletiva e democrática com que o Programa Formacampo vem organizando suas práticas, pois, ao solicitar que o público avalie o processo formativo, o Programa está se colocando nesse espaço de diálogo, ajustando seus objetivos às condições concretas dos educadores e educadoras. No entanto, nem tudo é negociável, o Programa tem uma base teórica da qual não abre mão, vinculada à construção histórica da Educação do Campo enquanto política pública construída pelos Movimentos Sociais do Campo; e, desta forma, ao propor a formação continuada, a construção de documentos, como o PPP e as DMECs, o Formacampo se coloca nessa seara de contribuição para a construção de uma política municipal de Educação do Campo nos diversos Territórios da Bahia, em destaque neste estudo, o Vale do Jiquiriçá.

Diante do exposto, podemos concluir que o Programa Formacampo tem exercido um papel significativo na promoção de formação continuada dos educadores e educadoras das escolas do campo no Vale do Jiquiriçá. Os relatos nos levam a compreender que, mesmo diante dos diversos desafios enfrentados por nossos docentes, sobrecarga de trabalho, falta de tempo para estudo, formação fora da carga horária de trabalho, no horário em que geralmente usam para descanso, eles têm participado e percebido a importância da formação e do conhecimento sobre o projeto da Educação do Campo.

Referências

ARROYO, M. G. Formação de Educadores do Campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. 3. Ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012.

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 14 de out. de 2023.

_____. Resolução nº 2 CNE/CEB, de 28 de abril de 2008. **Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Brasília, DF, 2008.

_____. Decreto nº 7352, de 04 de novembro de 2010. **Dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 2010.

CAJAIBA, J. B. M.; SANTOS, A. R.; BRITO, V. S. L. Formação docente do/no campo: protagonismo do Programa Formação de Professores do Campo (Formacampo). **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 7, e8075, 2022. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/8075>>. Acesso em: 20 de dez. de 2023.

_____, J. B. M. **Fechamento de Escolas do Campo em Municípios do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá: Uma Lógica de Negação de Direitos do Campesinato**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), 2024. 164f. Disponível e: <<http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2024/04/Disserta%C3%A7%C3%A3oJAQUELINE-BRAGA-MORAIS-CAJAIBA.pdf>>. Acesso: 12 de abr. 2024.

EÇA, A. C.; OLIVEIRA, J. M. S.; RODRIGUES, V. A. **Relatório Técnico - grupo 1 Diretrizes Municipais da Educação do Campo - DMEC**. / Coord. Antoniclebio Cavalcante Eça, Julia Maria da Silva Oliveira, Vilma Aurea Rodrigues. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2022. 60p

MOLINA, M. C.; SÀ, L. M. Escola do Campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTO, G. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 3. Ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012.

SANTOS, E. O. dos. **A relatório técnico do processo de elaboração do plano territorial de desenvolvimento rural sustentável e solidário - PTDRSS: a dimensão da educação do campo do território do Vale do Jiquiriçá – Bahia**. Repositório do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo (PPGEDUCAMPO) - Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Amargosa, 2017. Disponível em: <<https://www1.ufrb.edu.br/ppgeducampo/docs/category/14-turma2015#>>. Acesso em: 20 de mar. de 2024.

SANTOS, A. R. dos.; **Relatório técnico Programa de Formação de Educadores do Campo – FORMACAMPO: Educação do Campo.** Arlete Ramos dos Santos. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2022. 36p.disponível em: <[http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wpcontent/uploads/2023/03/REL AT%C3%93RIO-DO-FORMACAMPO-2022-3.pdf](http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wpcontent/uploads/2023/03/REL_AT%C3%93RIO-DO-FORMACAMPO-2022-3.pdf)>. Acesso em: 05 de mai. de 2023.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política.** 14ª Ed. São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados,1986.

Autor 1:



Nome Completo: Antoniel dos Santos Peixoto
Mestre em Educação do Campo - UFRB, Especialista em Metodologia em Educação Física e Esporte - UESC, Especialista em Educação Física Escolar - FINOM, Licenciatura Plena em Educação Física - UESB. Coordenador Territorial do Programa Formacampo. Professor efetivo das redes municipais de ensino de Laje e Santo Antônio de Jesus com atuação em Escolas do Campo.
Email: antonielfisica@yahoo.com.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0738891255618111>
Orcid: ORCID: 0000-0002-5051-8401

Autora 2:



Nome Completo: Arlete Ramos dos Santos
Arlete Ramos dos Santos - Pós-doutorado em educação e movimentos sociais, Doutora e Mestre em Educação, Coordenadora do Programa Formacampo, Coordenadora da Rede Latino-americana de Movimentos Sociais e Educação do Campo (Rede PECC-MS), Coordenadora do Grupo de Pesquisas Movimentos sociais e Educação do Campo e Cidade (Gepemdecc). Bolsista Produtividade do CNPq Nível 2.
Email: alerp@hotmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3007333595055044>
Orcid: 0000-0003-0217-3805

Autora 3:



Nome Completo: Elaine Moraes Santos
Especialização em Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica, Especialização em Educação Infantil, Alfabetização e Letramento, Especialização em Atendimento Educacional Especializado e Educação Inclusiva, Graduada em Ciências Biológicas, Graduada em Pedagogia, Coordenadora Municipal do Programa Formacampo/Laje/Ba. Coordenadora Pedagógica das Escolas do Campo no Município de Laje-Ba
Email: moraeselaine_2012@hotmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8535340362795570>
Orcid: 0000-0002-1202-4769